

O PLANEJAMENTO URBANO EM QUESTÃO: O CASO RIO DE JANEIRO

Monica Amendola¹

Resumo

A cidade do Rio de Janeiro tornou-se muito rica como estudo de caso sobre a ação de diferentes planos urbanos que decorreram da ação do Estado enquanto agente ordenador do território. O Estado adotou inúmeras intervenções tendo por base a recuperação econômica, a melhoria dos fluxos e a reversão do quadro dos graves problemas que afligem a cidade. A cidade do Rio de Janeiro é repleta de nuances no que diz respeito aos instrumentos utilizados pela administração local como diretrizes na construção do espaço urbano carioca ao longo de sua história e com reflexos diretos nas relações sociais.

No entanto, os planos urbanos desenvolvidos para a cidade que serviram de diretrizes para as políticas públicas adotadas pelo governo, podem ser divididos segundo dois momentos: o primeiro momento de 1960 a 1975 quando ocorre a Fusão do Estado da Guanabara com o antigo estado do Rio de Janeiro; e o segundo momento a partir dos anos 90. Tais intervenções sobre o espaço urbano carioca diferenciam-se segundo seus ideários e nos levam a uma maior análise na tentativa de buscarmos um confronto das políticas públicas que tinham por objetivo reverter o quadro de decadência econômica, melhorar os fluxos na cidade e amenizar os conflitos sociais.

No entanto, apesar dos investimentos maciços que foram feitos no período do Estado da Guanabara, para viabilizar o desenvolvimento econômico da cidade, o estado de crise econômica, política e de segurança pública que se instala ao longo desse período na cidade do Rio de Janeiro, outrora pólo financeiro, administrativo e cultural, tem seu início com a transferência de sua capitalidade para Brasília em 1960 quanto da Fusão do antigo estado do Rio de Janeiro com o da Guanabara (1975).

A Fusão foi medida tecnicista burocrático-administrativa tomada pelo governo militar e que não ponderou outros segmentos da sociedade como a própria sociedade que foi excluída desse processo. Passados mais 30 anos da Fusão, constata no município do Rio de Janeiro uma decrescente participação do PIB do estado e um sensível agravamento das condições sócio-econômicas, principalmente da população periférica tão depauperada nas últimas décadas.

¹ doutoranda da Universidade de São Paulo.

Diante do quadro de decadência sócio-econômica e com significantes perdas para outros estados dos investimentos infra-estruturais para atender a uma demanda empresarial, o governo local na década de 90 incorpora a ideologia do Plano Estratégico de Cidades nas decisões administrativas da Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro.

Os Planos Estratégicos de Cidades incorporam o ideário neoliberal cujas grandes intervenções urbanas vão aos poucos configurando um novo ordenamento espacial na cidade subsidiado pelas leis do mercado. As exigências mercadológicas atuam como pano de fundo no cenário de grande competitividade entre cidades e se impõem grandes transformações à cidade, para que esta se torne atraente aos grandes investidores e empreendedores.

No entanto, os resultados previstos não condizem com a realidade sócio-econômica da cidade do Rio de Janeiro. Alguns projetos não se realizaram em sua plenitude, os indicadores sócio-econômicos expressam uma redução na participação do PIB regional, o caos urbano se instala corroborado pelos elevados índices de violência, favelização, informalidade além dos intermináveis engarrafamentos, falta de assistência hospitalar entre outros problemas. Enfim, o quadro de decadência econômica e deterioração do espaço urbano se perpetuam. Tal diagnóstico leva-nos a uma inquietação quanto às decisões tomadas pelo poder público e privado que coloca em dúvida o futuro da cidade.

1-As nuances da cidade do Rio de Janeiro

A cidade do Rio de Janeiro tornou-se muito rica como estudo de caso sobre a ação de diferentes planos urbanos que decorreram da atuação do Estado enquanto agente ordenador do território. O Estado adotou inúmeras intervenções tendo por base a recuperação econômica, a melhoria dos fluxos e a reversão do quadro dos graves problemas que afligem a cidade como o desemprego, a falta de moradia, a exclusão social e a violência. A cidade do Rio de Janeiro é repleta de nuances no que diz respeito aos instrumentos utilizados pela administração local como diretrizes na construção do espaço urbano carioca ao longo de sua história e com reflexos diretos nas relações sociais.

Cada vez mais estudiosos da cidade e do planejamento urbano lançam mão da história da cidade em busca de um maior aprofundamento de suas reflexões. No caso da história da cidade do Rio de Janeiro, tal aprofundamento é pertinente em se tratando de uma metrópole outrora capital federal, pólo financeiro, administrativo e cultural do país que com o passar dos anos mostra-se refém dos graves problemas urbanos. A análise mais aprofundada da cidade do Rio de Janeiro é enriquecida a partir dos estudos urbanos, dos

planejamentos governamentais, das políticas públicas e das diretrizes urbanas.

Propomos uma análise mais aprofundada da cidade do Rio de Janeiro à luz dos planejamentos urbanos elaborados em dois períodos marcantes de sua história: o primeiro período de 1960 quando a cidade perde sua capitalidade com a transferência da capital federal para Brasília e instaura o Estado da Guanabara, a 1975 quanto da Fusão do Estado da Guanabara com o antigo Estado do Rio de Janeiro; em contraponto ao segundo período que se estende dos anos 90 até os dias atuais. Tais períodos da história sobre a construção do espaço urbano carioca diferenciam-se segundo os ideários dos planos elaborados para a cidade e nos levam a uma maior análise na tentativa de buscarmos um confronto das políticas públicas que tinham por objetivo reverter o quadro de decadência econômica, melhorar os fluxos na cidade e amenizar os conflitos sociais.

Tais objetivos citados anteriormente não foram alcançados e em parte observamos um considerável agravamento dos principais problemas urbanos. Tal fato nos incita a lançarmos numa investigação da essência dos planejamentos urbanos e suas respectivas intervenções realizadas pelos governos locais para a cidade do Rio de Janeiro mas inseridas dentro de uma perspectiva maior das políticas adotadas pelo governo federal e das conjunturas político-econômicas de cada período em destaque que justificam as realizações e não realizações dos projetos previstos em cada plano elaborado.

2- Os Planejamentos Urbanos no período de 1960 a 1975

Logo após a perda do status de capital federal, a cidade do Rio de Janeiro é elevada à categoria de cidade-estado da Guanabara (de 1960 a 1975). Tal manobra se insere no final do governo de Juscelino Kubitschek de Oliveira e refletiu um período marcado pela atuação do poder público no sistema econômico do país lançando mão de todos os recursos disponíveis. Essa atuação destinou-se a acelerar o desenvolvimento econômico, particularmente a industrialização, e a impulsionar o setor privado nacional e estrangeiro. A política econômica planejada então adotada produziu um amplo e profundo surto de internacionalização da economia brasileira. Tal conduta do governo federal se fez presente no planejamento urbano deste período.

A partir dos anos 60, o planejamento urbano foi importante instrumento de formulação de política, mas não apenas no aspecto físico-territorial mas sobretudo no redesenho da cidade, de modo a adaptá-la às novas condições sociais, econômicas e tecnológicas então vigentes. Neste período o país passava por um intenso processo de urbanização oriundo dos grandes fluxos migratórios originados no campo ou nas pequenas

ciudades, das inovações tecnológicas na indústria automobilística e na construção civil. Portanto, o objetivo do planejamento urbano desse período consistia na adaptação do espaço urbano a essas mudanças, principalmente quanto ao investimento do poder público no aprimoramento do sistema viário para atender a demanda de consumo da crescente classe média.

O planejamento urbano assume um caráter estratégico-desenvolvimentista e os planejadores passam a ser os racionalizadores da gestão da cidade contribuindo para um perfil tecnicista, apolítico em busca da “cidade ideal”. Para o governo, a acelerada urbanização era necessária para a modernização e construção da nação. A questão urbana estava vinculada ao ideário desenvolvimentista, excetuando desse processo qualquer demanda social. A eficiência e a racionalidade da produção industrial aplicadas à cidade atendia às idéias defendidas na época.

Ao longo da década de 60, os governos da cidade-estado da Guanabara (Carlos Lacerda de 1960 a 1965; Negrão de Lima de 1965 a 1970 e Chagas Freitas de 1970 a 1975) patrocinaram estudos de planejamento urbano e socioeconômico como objetivo de oferecer maior respaldo técnico às suas intervenções na estrutura espacial e econômica da metrópole carioca. Dentre essas iniciativas destacam-se o Plano Doxíadis e o Plano Lúcio Costa e PUB-Rio no âmbito do planejamento urbano, e os Estudos Cariocas e Plano Rio 2000, no âmbito do planejamento socioeconômico. Cabe registrar ainda um significativo avanço na área do planejamento urbano durante o governo Negrão de Lima, com a criação de novos instrumentos urbanístico de controle do uso e ocupação do solo, mediante a institucionalização de um novo regulamento de zoneamento, substituindo o anterior vigente desde 1937.

Convém ressaltar, contudo, que foi somente na terceira e última administração estadual da Guanabara, no governo Chagas Freitas (1971) que tanto o planejamento urbano como todo o aparato de planejamento estadual lograram atingir um nível inédito de institucionalização com a criação da Secretaria de Planejamento estadual e de vários conselhos e órgãos públicos, seja de planejamento econômico seja de planejamento urbano. Isto é, a institucionalização dos órgãos de planejamento urbano gerando uma das mais importantes intervenções do Estado no espaço urbano do Rio de Janeiro. O Estado assumia o papel de interventor e provedor das infra-estruturas na cidade.

No período que se estende de 1960 a 1975, as políticas públicas no Estado da Guanabara foram muito direcionadas para uma reforma urbana e implementação de um grande número de obras viárias. As inúmeras obras viárias que foram realizadas permitiram o acesso a alguns bairros como os da Zona Oeste iniciando assim um novo

vetor de expansão da cidade. O esvaziamento da economia carioca oriundo não somente da transferência da capital para Brasília e todo seu aparato governamental mas da própria conjuntura econômica do país, era considerado um problema a ser enfrentado mediante o planejamento de políticas de estímulo ao desenvolvimento industrial.

Neste período, a estrutura urbana foi alterada pelos investimentos relacionados à chamada “febre viária” dentre as quais podemos citar: a construção dos túneis Santa Bárbara e Rebouças, do Trevo dos Marinheiros, a abertura da via expressa do Aterro do Flamengo, da Avenida Radial Oeste, do Elevado e Túnel do Joá, além do início das obras do Túnel Dois Irmãos, que adaptaram a cidade ao uso do automóvel e provocaram uma grande expansão do tecido urbano.

No entanto, apesar dos investimentos maciços que foram feitos no período do Estado da Guanabara, para viabilizar o desenvolvimento econômico da cidade, o estado de crise econômica, política e de segurança pública que se instala ao longo desse período na cidade do Rio de Janeiro, outrora pólo financeiro, administrativo e cultural, tem seu início com a transferência de sua capitalidade para Brasília em 1960 quanto da Fusão do antigo estado do Rio de Janeiro com o da Guanabara (1975). Nesse caso, a decisão do governo pela Fusão merece ser aprofundada em nossa escala de análise, considerando as inúmeras conseqüências oriundas dessa medida tomada pelo governo federal.

3- A Fusão: uma manobra estratégica do governo federal

A decisão pela Fusão dos dois estados ocorreu no período da ditadura militar e era uma medida defendida pelos militares do governo e pela Federação das Indústrias do Estado da Guanabara (FIEGA). O governo tinha por base um projeto estratégico de ordenamento territorial desenvolvido por Golbery e Geisel para descentralizar territorialmente o desenvolvimento econômico brasileiro. A partir de uma manobra autoritária do governo militar, a Fusão significaria uma redistribuição das riquezas por todo o estado novo. Toda riqueza concentrada na Guanabara oriunda desde que a cidade do Rio de Janeiro era capital federal, as maiores concentrações da população de alta renda como empresários e políticos, a localização das principais instituições financeiras além das arrecadações tributárias de origem municipal, estadual e federal, seriam redistribuídas em forma de grandes investimentos por todo o estado novo.

O projeto de Fusão sob autoria de Célio Borja, secretário de governo na época, teve por discurso de defesa, a transferência da capital federal do Rio de Janeiro para Brasília em 1960, comandada por Juscelino Kubitschek e o conseqüente esvaziamento econômico e

político do estado. A intenção do governo com a Fusão dos dois estados seria o equilíbrio federativo e a extinção da singularidade do Rio de Janeiro.

A Fusão foi medida tecnicista burocrático-administrativa tomada pelo governo militar e que não ponderou outros segmentos da sociedade como a própria sociedade que foi excluída desse processo. Passados mais 30 anos da Fusão, constata no município do Rio de Janeiro uma decrescente participação do PIB do estado e um sensível agravamento das condições sócio-econômicas, principalmente da população periférica tão depauperada nas últimas décadas.

A partir de uma medida autoritária do governo federal, que gera uma série de conseqüências negativas para o Rio de Janeiro, as intervenções do Estado minimizam-se a ponto das intervenções urbanas tornarem-se ineficazes às necessidades reais quanto melhorar a qualidade de vida da população, garantir um fluxo eficiente na rede de transportes, atendimento hospitalar, escolas e universidades públicas, políticas habitacionais, geração de empregos numa cidade que apresentava um crescimento de sua população e concomitantemente uma sensível incapacidade dos equipamentos urbanos.

A Fusão para a cidade do Rio de Janeiro significou a perda do status de estado federativo e as perdas das arrecadações que antes da Fusão, a Guanabara contava com duas fontes: o orçamento estadual e municipal e usufruía grandes transferências do governo federal e depois da Fusão, passou somente a contar com o orçamento municipal. Devemos, no entanto, considerar que a cidade não vem recebendo recursos disponíveis do governo federal capaz de alavancar seu desenvolvimento há tempos. A cidade encontra-se refém das facções criminais que com o crescente índice de criminalidade faz diminuir investimentos produtivos e afeta o desempenho dos setores de serviços e turístico tão significantes para a cidade.

Não podemos apenas atribuir a atual crise sócio-econômica do Rio de Janeiro à Fusão dos estados do Rio de Janeiro e da Guanabara, mas devemos uma reflexão mais aprofundada desta manobra política durante o regime militar que alijou a sociedade do processo de decisão do governo e contribuiu para o agravamento das condições sócio-econômicas da cidade. Por sua vez, no período pós-Fusão, os planejamentos urbanos tiveram pouco destaque nas decisões políticas na cidade e conseqüentemente os problemas foram se agravando levando à cidade ao caos urbano.

Os objetivos dos planejamentos urbanos que antecederam a Fusão, em reverter o quadro de decadência econômica da Cidade do Rio de Janeiro não foram alcançados. A partir desta medida, a ausência das políticas intervencionistas do governo local, levou à cidade aos mais drásticos resultados sócio-econômicos como o aumento da favelização,

informalidade, congestionamentos, deficientes vias de transportes, poluição, enfim uma deseconomia de escala.

Tal situação não contempla as necessidades ambientais e infra-estruturais impostas atualmente a uma cidade que busca revitalizar-se e retomar seu desenvolvimento. Atualmente, segundo o ideário neoliberal, uma cidade deve oferecer condições infra-estruturais e ambientais para tornar-se atraente aos grandes investimentos. Ao contrário, a Cidade do Rio de Janeiro vinha causando repulsão de grandes empresas e indústrias de seu território. A Cidade do Rio de Janeiro passa a perder progressivamente investimentos agravando consideravelmente as condições sócio-econômicas. Daí, o governo incorpora o ideário dos planejamentos estratégicos nos anos 90 com o intuito de reverter esse quadro. Cabe-nos reservar um aprofundamento dessa medida adotada pelo governo local que vem causando verdadeiras mudanças no contexto urbano.

4- Anos 90: a adoção dos planejamentos estratégicos de cidades

Diante do quadro de decadência sócio-econômica e com significantes perdas para outros estados dos investimentos infra-estruturais para atender a uma demanda empresarial, o governo local na década de 90 incorpora a ideologia do Plano Estratégico de Cidades nas decisões administrativas da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.

Ao adotar Planos Estratégicos para a Cidade do Rio de Janeiro, o governo local considera que os mesmos são um instrumento de (re)ordenamento urbano que tem por objetivo redinamizar a economia local, além do desafio de minimizar os conflitos sociais oriundos das desigualdades econômicas dos diferentes segmentos da sociedade, propondo uma elaboração participativa dos planos, bem como conciliar variados interesses das diferentes classes sociais como sinônimos de sua eficácia e garantia.

Os Planos Estratégicos de Cidades incorporam o ideário neoliberal cujas grandes intervenções urbanas vão aos poucos configurando um novo ordenamento espacial na cidade subsidiado pelas leis do mercado. As exigências mercadológicas atuam como pano de fundo no cenário de grande competitividade entre cidades e se impõem grandes transformações à cidade, para que esta se torne atraente aos grandes investidores e empreendedores.

Nessa perspectiva, o Estado intervém minimamente nas decisões sócio-econômicas e os grandes atores políticos são os empresários e investidores. Essa tendência na administração local da cidade do Rio de Janeiro se confirma no crescente processo de privatização das empresas públicas, na desregulamentação das atividades econômicas e

sociais e na reversão dos padrões universais de proteção social. O poder local composto por políticos comprometidos com a perspectiva empresarial da cidade lança mão dos instrumentos necessários para tornar o espaço urbano mais atraente, baseando-se na flexibilização das leis de uso do solo e na crescente necessidade imposta pelo mercado das cidades globais estarem constantemente inseridas no circuito do fluxo internacional de capital e informação.

Os Planos Estratégicos da Cidade do Rio de Janeiro foram implementados na administração do Prefeito César Maia (1992-1996) e nessa atual gestão (2005-2008). Seu ideário neoliberal propõe que o Estado desinvista nos setores públicos básicos e invista nos setores empresariais ligados à cultura, serviço, turismo, entretenimento. Os projetos de intervenção urbana (re) ordenam o espaço metropolitano para adequá-lo às demandas de qualidade de vida urbana e dar-lhe condições de concorrer com outras metrópoles na atração de investimentos e na localização de atividades, sobretudo terciárias. Temos como exemplos: o Projeto Teleporto, o Projeto Porto do Rio, Projeto Píer Mauá, o Projeto Pan 2007, entre outros.

A administração local considera os Planos Estratégicos como um instrumento de (re) ordenamento urbano que tem por objetivo redinamizar a economia local e tem por desafio minimizar os conflitos sociais oriundos dos diferentes segmentos da sociedade. Os Planos Estratégicos são legitimadores dos projetos de intervenção e estes são a forma mais acabada da cooperação público-privada e que auto denominam como projetos multidimensionais porque teriam a capacidade de reunir a competitividade econômica, a sustentabilidade ambiental e a coesão social.

No entanto, os resultados previstos não condizem com a realidade sócio-econômica da cidade do Rio de Janeiro. Alguns projetos não se realizaram em sua plenitude, os indicadores sócio-econômicos expressam uma redução na participação do PIB regional, o caos urbano se instala corroborado pelos elevados índices de violência, favelização, informalidade além dos intermináveis engarrafamentos, falta de assistência hospitalar entre outros problemas. Enfim, o quadro de decadência econômica e deterioração do espaço urbano se perpetuam. Tal diagnóstico leva-nos a uma inquietação quanto às decisões tomadas pelo poder público e privado que coloca em dúvida o futuro da cidade.

Tal diagnóstico leva-nos a engajarmos numa reflexão mais aprofundada quanto aos planos urbanos adotados para a Cidade do Rio de Janeiro e incita-nos a questionarmos: os planos urbanos são instrumentos que legitimam os interesses das classes dominantes em detrimento dos interesses de toda uma sociedade? Ou deveríamos refletir as atuais diretrizes urbanas que regem a elaboração dos planejamentos urbanos com base numa

mudança epistemológica e metodológica na forma de se conceber o urbano? Ou os planos urbanos “*stricto sensu*” não contemplam as necessidades de uma cidade como a do Rio de Janeiro para retomar seu crescimento e desenvolvimento amenizando os conflitos sociais?

5-INDICAÇÕES BIBLIOGRÁFICAS

- AMENDOLA**, Monica- Uma leitura geográfica dos Planos Estratégicos da cidade do Rio de Janeiro. Niterói: UFF/Programa de Pós-Graduação em Ordenamento Territorial e Ambiental, 2002.
- AMAT-ROSE**, Jeanne Marie e outros (1999). *Images économiques du monde*. Paris: Sedes.
- ANDRADE**, Manuel Correia de (org) (1985). *Elisée reclus*. São Paulo: Ática.
_____, (2000). *A trajetória do Brasil (de 1500 a 2000)*. São Paulo: Contexto.
- ASCHER**, François. “Projeto público e realizações privadas: o planejamento das cidades refloresce” *Cadernos IPPUR*, ano VIII,n.1, abr: 1994,p. 83-96.
- AUGÉ**, M. 1992. *Non-lieux: introduction à une anthropologie de la sur modernité*. Paris, Seuil. (ed. Brasileira: Não-lugares. Campinas,Papirus, 1994).
- BACKHAUSER**, Everaldo (1952). *Geopolítica geral e do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército.
- BADIE**, B. (1995): *La fin des territoires. Essai sur le désordre international et sur l'utilité sociale du respect*. Paris,Fayard.
- BOBBIO**, Norberto (org) (1995). *Dicionário de política*. Brasília: Ed. Da UnB.
- BORJA**, Jordi. *Barcelona. Um modelo de transformación urbana*. Quito, Programa de Gestión Urbana/Oficina Regional para América Latina y Caribe, 1995.
- BOURDIE**, Pierre- *O poder simbólico*. Lisboa e São Paulo: Difel e Bertrand Brasil, 1989.
- BRASILEIRO**, Ana Maria. *A fusão: análise de uma política pública*. Brasília: IPEA/IPLAN, 1979.
- BRENENSTEIN**, Glauco- “Espaços metropolitanos em tempo de globalização: um estudo de caso do Rio de Janeiro”: R.J: UFRJ/IPPUR, 2000.
- CANO**, W. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. São Paulo: Hucitec,1977.
_____. *Da crise ao caos urbano*. In: *Regiões e cidades, cidades nas regiões*. O desafio urbano-regional. Ed. Unesp/SP, 2003.
- CASTELLS**, Manuel & **BORJA**, Jordi. “As cidades como atores políticos”, *Novos Estudos CEBRAP*, n.45, jul. 1996, p 152-166.

- CARDOSO**, Adauto; **RIBEIRO**, Luís César de Queiroz. *Dualização e reestruturação urbana. Ocaso do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal, IPPUR/UFRJ, Fase, 1996.
- CELERIER**, Pierre (1978). *Geopolítica y geoestrategia*. Buenos Aires: Pleamar.
- COMPANS**, Rose. "Parceria público-privado na renovação urbana da Zona Portuária do Rio de Janeiro", *Cadernos IPPUR*, ano XII, n.1, jan-jul. 1998, p. 79-101.
- CORREIA**, Paulo Henrique da Rocha (1975). *Noções de geopolítica do Brasil*. 3ª ed. Rio de Janeiro: s.ed.
- CLAVAL**, Paul. (1979): Regionalisme et consommation culturelle. *L'Espace Geographique*, vol 8, n.4, p. 293-302.
- _____: O Território na transição da Pós-modernidade. In Geografia, Revista da Pós-Graduação em Geografia da UFF. Niterói/RJ, UFF/EGG, n.2, 1999.
- COSTA**, Jorge Gustavo da. (1971) *Planejamento Governamental. A Experiência Brasileira*. Rio de Janeiro-Guanabara. FGV.
- COSTA**, Lúcio- *Plano-Piloto para a urbanização da baixada compreendida entre a Barra da Tijuca, Pontal de Sernambetiba e Jacarepaguá*. Guanabara: Ed. Agência Jornalística Imge, 1969.
- COSTA**, Margaret Hanson. "Análise orçamentária" In FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DA GUANABARA- FIEGA/CENTRO INDUSTRIAL DO RIO DE JANEIRO- CIRJ. A fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, Guanabara: FIEGA, 1969.
- CUNHA**, Murilo Alves da. O novo Rio de Janeiro – geografia e realidade sócio-econômica. Rio de Janeiro: F. Alves, 1975.
- DREIFUSS**, René Armand.(1981). *1964: A conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de classe*. Petrópolis, RJ: ed. Vozes.
- EGLER**, Cláudio Antonio Gonçalves- Reflexões sobre o Espaço e Periodização: origens da indústria do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: COPPE/UFRJ, 1979. Dissertação.
- EVANGELISTA**, Helio de Araújo. A fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.
- _____. *Rio de Janeiro: violência, jogo do bicho e narcotráfico segundo uma interpretação*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.
- FARIAS FILHO**, José Amir – "Qualidade da forma urbana em planos de ordenamento espacial: os casos dos bairros da Urca e Barra da Tijuca". R.J: UFRJ/FAU, 1997.
- FERREIRA**, Marieta de Moraes et **GRYNSPAN**, Mario – " A volta do filho pródigo ao lar paterno? A fusão do Rio de Janeiro". Ver. Brasileira de História. São Paulo: ANPUH,n.28.
- GALVÃO**, Maria do Carmo – "Rio de Janeiro-contradições e ajustes de um espaço

- desigual". Revista Rio de Janeiro, vol.1,n.3, agosto de 86, Niterói, UFF.
- GUERRA**, Antônio Teixeira. "Fusão: Guanabara-Rio de Janeiro". Boletim Carioca de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, vol. 25, 1976.
- HAESBAERT**, R. 1994. O mito da desterritorialização e as "regiões-rede". Anais do 5º Congresso de Geógrafos, AGB, Curitiba.
- _____. 1995. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: Castro. Et al.(orgs.) Geografia: Conceitos e Temas. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.
- _____. 1996. Território, poesia e identidade. Espaço e Cultura. Rio de Janeiro, EdUERJ, n.3.
- _____. 1999. Identidades Territoriais. In: Rosendhal, Z. e Corrêa, R. (orgs) Manifestações da Cultura no Espaço. Rio de Janeiro, EdUERJ.
- HARVEY**, David. "Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio". *Espaço e Debates*, ano XVI, n. 39, 1996, p. 48-64.
- IANNI**, Octávio (1995). *Teorias da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- _____, (1986). *Estado e Planejamento Econômico no Brasil*. Rio de Janeiro, RJ: Ed. Civilização Brasileira.
- IPANEMA**, Marcelo, IPANEMA, Cybelle. Ordenamento jurídico e administrativo no espaço fluminense/carioca. Rio de Janeiro: Ed. Marcello de Ipanema, 1991.
- JAGUARIBE**, Beatriz- *Fins de século: cidade e cultura no Rio de Janeiro*: R.J: Ed: Rocco, 1998.
- JAGUARIBE**, Hélio. *O novo cenário internacional*. Rio de Janeiro, Guanabara, 1984.
- LAMEGO**, Alberto Ribeiro. O Homem e a Guanabara, 2ª edição. Rio de Janeiro: IBGE, 1964.
- LESSA**, Carlos. *Quinze anos de política econômica*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- _____, Carlos (org). *Os lusíadas na aventura do Rio Moderno*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2002.
- _____, Carlos. *O Rio de todos os brasis*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- LÉVI-STRAUSS**, C. (dir.) (1977): L'identité. Paris, PUF.
- L'ETAT DU MONDE (1999). Paris: La Découverte.
- LIMONAD**, Ester – Os lugares da Urbanização: o caso do interior fluminense. S.P.: USP/FAU- Programa de Pós-Graduação em Estruturas Ambientais Urbanas, 1996.

- MARTIN**, D.C. (1994): Identités et politique: récit, mythe et idéologie. P. 13-38 de:
Martin, D.C.(org) Cartes d'identité. Comment dit-on "nous" em politique. Paris,
Presses de la Fondation Nationale et Sciences Politique.
- MATTOS**, Gal. Carlos de Meira. Brasil - *geopolítica e destino*. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1979.
_____, (1977). *A geopolítica e as projeções do poder*. Rio de Janeiro: José Olympio.
- MELLO**, Francisco das Chagas. Estudos políticos sobre a fusão dos estados da Guanabara e Rio de Janeiro, Guanabara: FIEGA, 1969.
- MICHELENA**, José A. Silva. *Crise no sistema mundial: política e blocos de poder*. São Paulo, Paz e Terra, 1977.
- MOREIRA**, Rui – Da região à rede e ao lugar. AGB- Bauru: Ciência Geográfica, 1997.
MUÑOZ, Heraldo e TULCHIN, Joseph S. *A América Latina e a política mundial*. São Paulo, Convívio, 1986.
- NARANJO**, Florêncio Zoido – *Geografía y ordenación del territorio*. Nuevas fronteiras de los contenidos geográficos. IBEM- Didáctica de las Ciências Sociais, Geografia e História nº. 16 abril – Barcelona, 1998.
- NATAL**, J. *Transportes, ocupação do espaço e desenvolvimento capitalista no Brasil*. Campinas, 1991. Tese (Doutorado).
_____. *Para pensar o atual Estado do Rio de Janeiro: uma análise introdutória*. Rio de Janeiro: IPPUR, UFRJ, 1998 (Série de estudos e debates, 32).
_____. Revisitando o "Rio de todas as crises" – economia, espaços e classes sociais. In: *Regiões e cidades, cidades nas regiões*. O desafio urbano-regional. Ed: Unesp/SP-Anpur, 2003.
- PLANO ESTATÉGICO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO**. *Diagnóstico da Cidade do Rio de Janeiro, S1., s.d.*
- PEREIRA**, H.; **CONSIDRA**, C. Industrialização fluminense- 1930-1980. In: SEMINÁRIO DA ANPEC. *Anais.... 1985*.
- PIQUET**, Rosélia (org). Rio de Janeiro: perfis de uma metrópole em mutação. Rio de Janeiro, 2000.
- PRADO JR.**, Caio (1943). *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Martins.
- RAFFESTIN**, C. Por uma geografia do Poder. São Paulo: Ed. Ática, 1993.
- RIBEIRO**, Claudia Tavares – "Da questão urbana ao poder local: o caso Barra da Tijuca". R.J: UFRJ/IPPUR, 1990.
- ROSSI**, Clóvis. *A contra-revolução na América Latina*. São Paulo/Campinas, Atual/Unicamp, 1987.

- RODRIGUES**, Lysias (1947). *Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército.
- SÁ**, Luis – *Razões do Poder Local, Finanças Locais, Ordenamento do Território Regionalização*. Lisboa, 1991.
- SABÓIA**, J. Descentralização industrial no Brasil nos anos 90. Um enfoque regional.
In: CONGRESSO DOS ECONOMISTAS LATINO-AMERICANOS, 7. *Anais ...* Rio de Janeiro, 1999.
- SANTOS**, Ana Cristina Gomes dos – *A outra urbanidade: pós-modernidade e Barra da Tijuca*: R.J: UFRJ/FAU, 1999.
- SANTOS**, Ângela Moulin S. Penalva. *São as cidades médias pólos regionais no interior fluminense?* In SEMINÁRIO FORUM RIO 2000. Rio de Janeiro: UERJ, 1999.
- _____. *Economia, espaço e sociedade no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- SANTOS**, Milton – *Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: Hucitec, 1994.
- _____. *Urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- _____. *Natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção*, São Paulo: Hucitec, 1997.
- SCHILLING**, Voltaire. *EUA X América Latina: as etapas de dominação*. Porto Alegre, Mercado Aberto Editora e Propaganda, Série Revisão (12), 1984.
- SCHILLING**, Paul (1981). *O expansionismo brasileiro*. São Paulo: Global.
- SECRETARIA DO GOVERNO DA GUANABARA**. *Estudos cariocas*. 1965.
- SILVA**, Golbery do Couto e (1981). *Conjuntura política nacional e Poder Executivo & geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio.
- _____, (1967). *Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio.
- SKIDMORE**, Thomas E. (1976) *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)*. Rio de Janeiro- Guanabara: José Olympio.
- _____, (2004) *Brasil: de Castelo a Tancredo (1964-1985)*. São Paulo, SP: Paz e Terra.
- SMITH**, Neil – *Desenvolvimento Desigual*. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand do Brasil, 1988.
- SOJA**, E. – *Geografias Pós-Modernas (A reafirmação do espaço na teoria Social crítica)*. Jorge Zahar Editor, 1993.
- SOUZA**, M.J.L.. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I.E.; GOMES, P.C. e CORRÊA, R.L. (Org). – *Geografia: Conceitos e*

Temas, 2ª ed. Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2000.

SOUZA, Maria Alice Martins de- “Barra da Tijuca e Jacarepaguá: uma forma particular de loteamento irregular”.. R.J: UFRJ/IPPUR, 1995.

Território territórios/ Programa de Pós-Graduação em Geografia-PPGEO – UFF/AGB-Niterói,2002.

VAINER, Carlos B. *Participation, poverty and Environment in the Strategic Plan for the City of Rio de Janeiro*. Conference on Urban Change, the Environment and Poverty, Cornell University, Ithaca, Nova York, jun. 1996.

_____. Pátria, empresa e mercadoria. In: *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis, RJ: Vozes,2000.

ZERKOWSKI, Ralph Miguel (coord) “Economia Fluminense 1940/85”. Economia fluminense – conjuntura e análise. Niterói: UFF, vol. 1, nº1, julho de 1986.